

RESENHA de

Political Thought and History: Essays on Theory and Method

Pocock, John Greville Agard. 2009. New York: Cambridge University Press. 278 páginas.

André Drumond*

John G. A. Pocock (1924-) é um autor já conhecido do leitor brasileiro. Seja pelo contato direto com textos de sua lavra, seja por comentadores, Pocock vem se consolidando como uma das principais referências nas áreas de história da teoria política (Amadeo, 2011) e de história do pensamento político (Silva, 2009, 2010). Atualmente em sua primeira reimpressão, em língua nacional, de Pocock temos acesso a *Linguagens do ideário político* (2003a), volume que, organizado por Sérgio Miceli, recolhe 16 textos do autor – entre capítulos de livros e artigos. E temos ainda acesso a uma entrevista concedida pelo autor a Cícero Araújo e publicada na revista Lua Nova (Pocock, 2000), além de um capítulo em que debate as principais abordagens em história do pensamento político da atualidade, publicado em livro organizado por Marcelo Jasmin e João Feres Júnior (2006). Com a exceção de um texto (*The concept of a language and the métier d'historien: some considerations on practice*), o livro que por ora resenhamos, *Political Thought and History*, recolhe artigos ainda indisponíveis em português.

Political Thought and History reúne, além de um prefácio escrito por Pocock, treze ensaios publicados ao longo de mais de cinco décadas de atividade intelectual. Os textos estão organizados em duas partes, “Pensamento político como história” e “História como pensamento político”, separadas por um artigo de intermediação. Enquanto a primeira parte se concentra sobre as condições de interpretação do

* Doutorando em Ciência Política pelo Programa de Pós-graduação em Ciência Política da UFMG, professor da UFJF-GV, e pesquisador do CERBRAS-UFMG. Gostaria de agradecer aos editores e ao(s) parecerista(s) pelos comentários e críticas ao texto. Email: andre.drumond@ufjf.edu.br.

pensamento político, a segunda se volta para as narrativas históricas e historiográficas como objeto de reflexão política. Como indica o próprio autor, o livro teria o propósito de organizar algumas de suas principais contribuições para a temática do método, especialmente aquelas para os campos da história intelectual e da história das linguagens políticas. Recolhendo publicações de momentos muito diversos, o livro não tem um desenvolvimento linear ou necessário. Sua amplitude, de toda sorte, permite uma compreensão mais acurada e abrangente da contribuição do autor ao campo de investigações em história do pensamento político.

John Pocock é, junto a Peter Laslett, Quentin Skinner e John Dunn, um dos principais expoentes intelectuais da chamada Escola de Cambridge. Se tomada como uma unidade, a designação à abordagem de Cambridge favorece mal entendidos. Em comum, tais autores guardariam a preocupação de conduzir suas investigações historicamente, partindo da crítica a interpretações que subdimensionariam aspectos contextuais e temporais em suas análises. Todavia, quando analisados mais de perto, sobressaem tanto o mal estar para com uma unidade simplificadora, quanto a variedade de suas influências e preocupações. Quentin Skinner talvez seja quem se dedicou mais intensamente à defesa teórica de um método contextual, tendo protagonizado diversos debates especialmente durante as décadas de 1960 e 1970. Sua abordagem, embora não de forma exclusiva, tenderia a enfatizar o papel que o contexto histórico e intelectual desempenharia na compreensão do que um autor fazia ao escrever o que escreveu. Para tal, partiria de duas contribuições fundamentais. De um lado, a lógica de pergunta-resposta de R. G. Collingwood, para quem os trabalhos de filosofia deveriam ser vistos como tentativas de oferecer respostas a perguntas colocadas em seus contextos. De outro lado, uma herança explícita da filosofia da linguagem de Ludwig Wittgenstein, de sua teoria dos jogos de linguagem, assim como da analítica de John Austin e de sua teoria dos atos de fala. Embora não esgotem suas publicações, contamos com duas coletâneas de artigos em que Skinner desenvolve sua perspectiva, *Meaning and Context*, composto também por uma seleção de sete artigos críticos à sua abordagem (Tully, 1988), assim como o primeiro volume de seu *Visions of Politics* (Skinner, 2002). Diferente de Skinner, John Pocock teria em primeiro plano não tanto a intenção e o significado que um determinado autor teria atribuído a seu texto,

mas sim o repertório de linguagens políticas nas quais, e através das quais, ele teria se expressado. Existiria, portanto, uma preocupação maior em compreender os vetores históricos que conformariam o leque, não necessariamente coerente, de discursos (linguagens, idiomas ou retóricas) em que se inscreveriam os debates políticos.

John Pocock identifica o fôlego de surgimento da abordagem de Cambridge nos anos de 1949 e 1950. O trabalho de Peter Laslett de interpretação de Robert Filmer, e mais tarde em investigações acerca da relação do pensamento de John Locke com a Revolução Gloriosa, representaria para ele o antecedente formador dessa Escola (p.vii-viii, 126-129). Em particular, Laslett teria contribuído para uma compreensão mais acurada dos diversos momentos que atravessariam a obra de Locke, complexificando nosso entendimento acerca de seu contexto de escrita, de publicação, bem como sua recepção por diversos círculos. Viria a lume em 1962 a primeira tentativa de Pocock de sistematizar teoricamente sua abordagem - recolhida como o primeiro capítulo do presente livro. Nesse texto, que antecede em sete anos o clássico *Meaning and Understanding in the history of ideas*, de Skinner (1969), o autor procuraria caracterizar o campo do pensamento político como operativo em diversos níveis ou graus de abstração. Diferenciando-se de uma perspectiva tradicional, ele inscreveria como um problema eminentemente histórico – e não teórico ou filosófico – a determinação de quais os graus de abstração em que teria operado este ou aquele autor, esta ou aquela tradição política. Um historiador poderia, muito legitimamente, escolher ocupar-se com o pensamento político em sua expressão mais filosófica ou prática. Todavia, não poderia ele pressupor ser este, ou aquele, o único nível, tampouco atribuir-lhe caráter autônomo. A dimensão fundamental do trabalho do historiador do pensamento político, nos termos de Pocock, seria justamente a habilidade em explorar as diferentes relações que o esforço de teorização e de abstração poderia desenvolver com a experiência e a ação histórica. Coloca-se, além da consideração dos diferentes níveis de abstração, também a apreciação das diferentes linguagens em que os conceitos empregados em discussões políticas poderiam tomar lugar (p.14). De tal forma, o estudo do pensamento político passaria a estar cada vez mais relacionado à sua inscrição histórica em uma ou mais tradições de discurso, e, portanto, na apreciação da amplitude e possibilidades próprias das

linguagens em que se forma. Reconstituir, portanto, as linguagens do debate político seria a tarefa primordial do historiador (p.82).

A abordagem das linguagens políticas recebe no capítulo sete, que reproduz um artigo de 1987, uma importante consideração que pode nos auxiliar a compreender melhor algumas das distinções do trabalho de Pocock para com o de Skinner. No texto em tela, o autor procura repor a interpretação dos tempos históricos em relação aos textos políticos e filosóficos. A curta duração remete ao tempo imediato da intervenção produzida pelo texto. Na linguagem empregada por Skinner, a sua ilocução, ou o ato-ilocucionário. A média duração corresponde ao tempo da constituição de uma linguagem – consideração também presente no capítulo seis. Por fim, a longa duração remete ao secular processo de formação e composição de gramáticas e estruturas linguísticas e mentais. Para Pocock, o primeiro passo a ser tomado pelo historiador, mas só o primeiro, é recuperar o que um autor fazia ao escrever um texto. Trata-se de reconstituir em termos inteligíveis ao historiador a experiência do autor, e não repeti-la (p.108). É fundamental, no entanto, seguir adiante. Pois, como ele procura sustentar, um autor nunca tem domínio completo sobre a linguagem e o repertório de conceitos de que se utiliza. Trata-se de um tema também abordado no capítulo três, no qual encontramos a indicação de que seria uma das tarefas do historiador do pensamento compreender o que um texto “faria” sem que o seu autor soubesse. Ademais, o texto escrito sobrevive ao curto período de duração de seu autor, e novas gerações de leitores acrescentam-lhes novos atos de tradução – sejam elas entendidas como anacronismo ou diacronia. Em suas palavras, aliás, seriam esses os atos de tradução mais interessantes (p.116). Os textos poderiam ser, por fim, entendidos como eventos históricos segundo dois sentidos: afetam (e são depois afetados) pelo contexto; e, ao sobreviver aos seus autores, seus leitores podem reconstituir e constituir tradições muito tempo após o seu ato inicial de ilocução – isto é, quando o seu contexto imediato já tiver sido em diversos aspectos superado.

Na apreciação crítica dos termos com que se formula a história do pensamento político, Pocock singularizaria suas críticas na caracterização das abordagens de George Sabine, Michael Oakeshott e Leo Strauss. A interpelação dos autores atravessa diversos capítulos de seu livro, e seria fundamental na caracterização crítica do que ele

consideraria ser a contribuição de um historiador das linguagens políticas. Mas, para além da interpelação de diferentes tradições de interpretação, Pocock ainda recupera um diálogo crítico acerca da própria formação da historiografia enquanto disciplina. Um interessante ponto de partida é apresentado no artigo recolhido como capítulo nove, *The origins of study of the past: a comparative approach*, originalmente publicado em 1963. Nesse texto o autor aborda um tema que se mostraria muito presente também em seu clássico *The Machiavellian Moment* (2003b [1975]), a análise da consciência histórica a partir dos seus condicionantes culturais e de suas implicações políticas. No referido artigo, o autor indica que o desenvolvimento da historiografia enquanto especialidade disciplinar depende fundamentalmente de um senso de ruptura temporal. E na constituição dessa forma de consciência compareceria fortemente os termos de organização do sistema legal e político das sociedades que lhe dão forma. Das diversas experiências analisadas pelo autor, tratemos brevemente daquela mais presente no livro, a da Inglaterra – embora não sejam poucas as apreciações da China antiga, da França pré-revolucionária e da condição de colônia dos países da Oceania. A presença da *common law* e da ideia de continuidade histórica dos costumes teria condicionado fortemente a noção de mudança temporal em solo inglês. Segundo ele, apenas no século XVII surgiria uma interpretação (dos *levellers*) de que existiria uma tradição anterior àquela vigente que foi capaz de desenvolver um sentido (crítico) de mudança histórica e cultural (pp.171-172), e, assim, teria aberto caminho para o surgimento da própria historiografia – tema acerca do qual o autor teria se aprofundado em *The Ancient Constitution and the Feudal Law* (1957).

No capítulo final, aquele de escrita mais recente (2005), Pocock afirma que o trabalho do historiador das linguagens políticas, por características próprias da historiografia, estaria fortemente ligado à multiplicação de narrativas e da complexificação de interpretações acerca de seu objeto. Seu trabalho lhe permitiria a consideração de diferentes contextos e do estabelecimento de interpretações que levariam em conta narrativas alternativas. Este é o caráter inescapavelmente político do ator acadêmico. As linguagens políticas, enquanto objeto de estudo, são irreduzíveis, permanecendo passíveis de novas interpretações e da constituição de novas narrativas. Consideração essa que, no entanto, não o impede de formular

rigorosas recomendações no trabalho de interpretação - vale sublinhar que no capítulo seis, aquele já publicado em português e citado no início dessa resenha, Pocock enumera cinco critérios práticos que tem em vista auxiliar o historiador a evitar que a linguagem que ele atribui a um sujeito histórico não seja fruto de uma ficção – ou sua imaginação.

Em texto recente, um importante estudioso do pensamento político afirmou que o rigor metodológico da escola de Cambridge teria perdido fôlego ao longo do tempo. A vigilância na interpretação tão presente nas décadas de 1960 e 1970, especialmente visível nos textos de Skinner, teria gradualmente dado lugar a um receituário de sugestões mais amplas e de menor vigor (Bevir, 2011). Em um momento em que a ciência social brasileira refugia-se sob o caráter “robusto” de suas técnicas, mais que sob os fundamentos e supostos de suas investigações, o livro de Pocock fornece uma alta reflexão de um autor que até então permanece como figura de menor visibilidade na interpretação contextual. Talvez por isso mesmo essa coleção tardia de artigos ganhe estatura. Já é mais do que tempo de avaliarmos de forma mais compreensiva a fortuna crítica desta que hoje constitui uma das mais importantes linguagens nas interpretações do pensamento político.

Referências bibliográficas

- Amadeo, Javier. 2011.** “Teoria Política: um balanço provisório”. In *Revista de Sociologia e Política*, v. 19, n. 39, p.17-34.
- Bevir, Mark. 2011.** “1. The Contextual Approach”. In: Klosko, G. (Ed.). *The Oxford Handbook of the History of Political Philosophy*. 1. ed. Oxford, England: Oxford University Press. p.11-24.
- Feres Júnior, João e Jasmin, Marcelo. 2006.** *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RJ.
- Pocock, John G. A. 1957.** *The Ancient Constitution and the Feudal Law: a study of English historical thought in the seventeenth century*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Pocock, John G. A. 2000.** “A angústia republicana”. In *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 51, p.31-40.
- Pocock, John G. A. 2003a.** *Linguagens do ideário político*. Tradução Fábio Fernandez. São Paulo: EdUSP.
- Pocock, John G. A. 2003b.** *The Machiavellian Moment: Florentine Political Thought and the Atlantic Republican Tradition*. Revised ed. Princeton: Princeton University Press.

Silva, Ricardo. 2009. “História intelectual e teoria política”. In *Revista de Sociologia e Política*, v. 17, n. 34, p.301-318.

Silva, Ricardo. 2010. “O contextualismo linguístico na história do pensamento político: Quentin Skinner e o debate metodológico contemporâneo”. *Dados*, v. 53, n. 2, p.299-335.

Skinner, Quentin. 1969. “Meaning and Understanding in the History of Ideas”. *History and Theory*, v. 8, n. 1, p.3–53.

Skinner, Quentin. 1988. *Visions of politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

Tully, James. (ed.). 1998. *Meaning and context: Quentin Skinner and his critics*. Princeton: Princeton University Press.